

Dívida interna aumenta 1.100 vezes em sete anos

Cristina Calmon

A dívida interna federal cresceu, entre 1980 e 1986, 1.100 vezes, passando quase Cz\$ 1 bilhão para Cz\$ 1 trilhão 107 bilhões, dos quais Cz\$ 360 bilhões são dívidas contraídas com o setor privado. O que socialmente se ganhou com a expansão do endividamento em títulos, do setor público? Praticamente nada, afirma o empresário financeiro, Adolpho de Oliveira, presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, ao lembrar que a dívida representa praticamente 30% do PIB (Produto Interno Bruto).

Não houve investimentos relevantes de 1980 para cá, segundo Adolpho de Oliveira, e os benefícios sociais, como educação, saúde e transporte permaneceram no mesmo estágio. "Se o governo tivesse investido, pelo menos, parte dos recursos que captou junto ao público, a dívida social do Brasil não seria do tamanho que é". O país, disse, só se tornará viável, no dia em que for entendido que os recursos não são ilimitados e que o exercício da atividade política tem que se limitar aos valores disponíveis.

Descontador de papagaios

Enquanto não houver a independência do Banco Central, este continuará funcionando como eterno financiador dos desperdícios públicos, já que alguns setores do governo gastam sem ver a contrapartida de recursos disponíveis, analisa o empresário. Para atingir uma meta, em termos de política econômica, é preciso um Banco Central realmente independente, que executasse a política monetária e funcionasse como agente do Tesouro Nacional. "Hoje o BC funciona, na prática, como

Governo se endividou muito nos últimos anos

FINAL DF. PERÍODO	Títulos fora da carteira do Bacen				CARTEIRA DO BACEN			TOTAL DOS TÍTULOS EM CIRCULAÇÃO	PIB	RELACIONES DÍVIDA / PIB %
	OTN	LTN	LBC	TOTAL	OTN	LTN	TOTAL			
1980	0.4	0.2	—	0.6	0.1	0.1	0.2	0.8	13.2	6.1
81	1.4	0.8	—	2.2	0.6	0.3	0.9	3.1	25.6	12.1
82	4.2	0.7	—	4.9	2.2	0.8	3.0	7.9	50.8	15.6
83	9.1	0.4	—	9.5	11.6	4.3	15.9	25.4	120.3	21.1
84	50.9	2.2	—	53.1	33.9	3.3	37.2	90.3	386.9	23.3
85	249.6	8.9	—	258.5	91.5	52.7	144.2	402.7	1364.1	29.5
86	140.6	8.0	202.5	359.1	420.6	327.9	747.9	1107.0	3830.5	28.9

um descontador de papagaios (papéis) do governo — da ordem de Cz\$ 750 bilhões — para que o Tesouro possa cobrir o pagamento de subsídios, recomprando títulos com cláusula de reajuste cambial etc.". Os encargos da dívida são enormes, explica, porque não há qualquer controle do desperdício público.

Aos que querem atribuir aos encargos da dívida pública o problema do déficit público brasileiro, Adolpho de Oliveira alerta que devem perguntar qual o benefício gerado pela expansão do endividamento. Afinal em 1980 o total da dívida interna, em títulos federais, era de Cz\$ 800 milhões, representando 6,1% do PIB de Cz\$ 13 bilhões 200 milhões. Em 1986 a relação da dívida Produto Interno Bruto é de 28,9% (Cz\$ 1 trilhão 107 bilhões para Cz\$ 3 trilhões 830 bilhões).

Adolpho de Oliveira, inclusive, considera uma falácia, a tese de que o importante em termos

de dívida pública é o que está colocado junto ao público, e não o que está na carteira do próprio Banco Central.

"A carteira do BC é considerada por muitos como neutra, como para muitos seria neutro em fevereiro de 1983 o efeito da maxidesvalorização do cruzeiro sobre o montante em circulação de títulos com cláusula de reajuste cambial. Foi exatamente a partir de 83, o ano da máxi, que a carteira do Banco Central passou a ter o peso de hoje, porque a autoridade monetária passou a assumir os compromissos do Tesouro e entre outras coisas, recomprando a quase totalidade das ORTN cambiais", alerta. Esta carteira é, na realidade, segundo o empresário, o registro monetário de todo o compromisso assumido pelo BC em nome do Tesouro Nacional.

Segundo o dirigente financeiro, a independência do BC seria um tema importante para a Constituinte. "Desperdício não acaba enquanto

não houver limitação física do caixa. Por que as demais unidades econômicas da sociedade têm de se limitar às suas disponibilidades? Porque não têm capacidade de emitir moeda, responde Adolpho de Oliveira.

Dívida externa

Com relação à questão do endividamento externo, prioridade máxima das atenções do governo, o empresário lembra que estão todos preocupados com a geração de divisas para pagamento do que devemos, quando o certo seria pesquisarmos por que estamos tendo que arcar com esse ônus. De um modo geral, disse, todos que pegam empréstimos buscam investir de tal maneira que gerem um produto maior e ainda sobra lucro.

"No Brasil acontece o que chamo de moratória heterodoxa, onde 75% da dívida externa são de empresas estatais, Estados e municípios. Todos se esforçam para gerar superávits na balança

comercial, os dólares são comprados aos exportadores, que, teoricamente, deveriam ser vendidos aos devedores para que pudessem pagar suas dívidas, e com isso neutralizar a expansão da moeda. Mas ocorreu apenas uma expansão monetária inicial para a compra da moeda, sem que os devedores tivessem cruzados para pagar as dívidas, acabando por apelar para o próprio governo através de avisos GB 588 e MF 30. A esterilização dos recursos não ocorreu porque o governo teve de emitir papel-moeda ou colocar títulos para repor o que paga aos exportadores. "Em 1986 a emissão por inadimplência dos devedores atingiu Cz\$ 90 bilhões", garante.

O correto, afirma, seria que o devedor sem condições de honrar seus compromissos encerrasse seus negócios. Com está, é mais uma das diversas formas do desperdício público.

Segundo ele, o pacto social que se pretende firmar entre governo, empresários e trabalhadores só não saiu porque até agora o Estado não apresentou um programa. Não adianta apenas acenar com salários e preços, pois são consequência de uma política econômica. E é isso que gera estabilidade, crescimento e emprego.

Na Alemanha, Áustria, Hungria, Rússia e na Espanha, mais recentemente, com o Pacto de Mendoza, os pactos vieram acompanhados de um programa eficaz de governo. "No Brasil o grande pacto social foi o Plano Cruzado, ao qual compareceram empresários, empregados e a sociedade, ficando de fora apenas o governo", disse. Para que o pacto dê certo é preciso que agora defina uma política e efetivamente a cumpra, pois aí toda a sociedade terá interesse em aderir, enfatiza Adolpho de Oliveira.